

Leia atentamente todos os documentos antes de responder e identifique a Versão do teste V.A

GRUPO I

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO ROMANO

Políticas do Imperador Octávio César Augusto (63 a.C.-14 d.C.)

Apoderou-se do consulado com vinte anos de idade [...]. Durante dez anos, fez parte do triunvirato [...]. Recebeu o poder tribunício vitalício [...]. Refletindo que [...] seria imprudente entregar o Estado ao arbítrio de várias pessoas, decidiu conservar o poder, [...] como fez questão de confirmar num édito: «Que me seja permitido manter o Estado são e salvo e que, em troca, tenha a recompensa que desejo: a de ser reconhecido como o fundador do melhor regime possível e a de levar, ao morrer, a esperança de que os fundamentos do Estado, lançados por mim, permanecerão inabaláveis.» [...] [Foi] revestido do pontificado máximo [...]. Aumentou o número, o prestígio e também os privilégios dos sacerdotes [...]. Honrou, quase como se fossem deuses imortais, a memória dos generais que tinham tornado todo-poderoso o povo romano, inicialmente tão fraco. Exerceu a justiça com assiduidade e, por vezes, até à noite. [...] Fez alterações nas leis, reformulando algumas por completo [...]. Decidiu criar para si um conselho [...], com o qual analisaria, antecipadamente, os assuntos a serem tratados nas assembleias plenárias. Nas questões mais importantes, ouvia a opinião dos Senadores, não pela ordem tradicional, mas como lhe apetecia [...]. Autorizou distribuições de trigo ao povo. [...] foi extremamente moderado na concessão do direito de cidadania romana e restringiu o número de libertações de escravos. [...] os seus jogos foram celebrados não apenas no fórum e no anfiteatro, mas também no circo e no recinto dos Comícios; limitavam-se, por vezes, a espetáculos nos quais os escravos combatiam entre si ou com feras. Proporcionou também lutas de atletas [...], assim como um combate naval [...]; mostrou condutores de carros, corredores, matadores de feras [...]. Quanto aos monarcas aliados de Roma, [...] demonstrou a todos uma grande solicitude, como se fossem parte integrante do império, atribuindo mesmo tutores aos príncipes [...]. Também criou e educou, juntamente com os seus próprios filhos, os filhos desses reis. [...] embora soubesse que era costume dedicar templos até aos procônsules, não aceitou nenhum em qualquer província sem que o nome de Roma estivesse associado ao seu. [...] O cognome de «Pai da Pátria» foi-lhe conferido por todos [...]. Então Augusto respondeu: «[...] que mais posso eu pedir aos deuses imortais, senão ver-vos manter este consenso, até ao último dia da minha vida?»

1. Octávio César Augusto lançou os «fundamentos do Estado» imperial, (linha 6) ao

- (A) manter as instituições da República, como o Senado e os Comícios, embora esvaziando-as do seu poder efetivo.
- (B) consolidar as instituições da República, como o Senado e as magistraturas, reforçando as suas funções políticas.
- (C) criar um conselho, a quem encarregou da feitura das leis e do exercício da justiça.
- (D) aceitar a autoridade suprema dos generais, a quem o império devia a sua grandeza.

2. As «distribuições de trigo» (linha 13 e a realização de «jogos» (linha 15), na cidade de Roma e no império, permitiram a Octávio e aos imperadores que lhe sucederam

- (A) promover a ascensão social dos camponeses e o gosto por atividades artísticas.
- (B) evitar o descontentamento dos plebeus e controlar os focos de conflitualidade social.
- (C) diminuir a autonomia das colónias e dos municípios e fomentar a submissão a Roma.
- (D) aumentar as receitas do Estado e o apreço por todas as atividades culturais.

3. O Direito romano, no qual Augusto introduziu «alterações», (linha 10) desenvolveu-se ao longo de séculos, graças à

- (A) valorização de normas jurídicas, favoráveis aos povos conquistados, que assentavam no costume e eram transmitidas oralmente.
- (B) valorização de procedimentos jurídicos que, pela sua diversidade, prejudicaram a unidade dos vários povos que integravam o império.
- (C) legislação de governadores, conselheiros imperiais, generais e cavaleiros, processo que culminou no Édito de Caracala.
- (D) legislação de outros imperadores, magistrados, Senado e Comícios, processo que culminou no Código de Justiniano.

4. Os processos de pacificação e de coesão do império romano foram favorecidos pela

- (A) tolerância face aos governantes locais, que se tornavam senadores de Roma.
- (B) educação à maneira romana dos filhos de antigos chefes das regiões anexadas.
- (C) imposição do culto imperial e do culto a Roma com a rejeição dos deuses locais.
- (D) divinização dos sacerdotes, que eram honrados com um estatuto de privilégio.

GRUPO II

GRUPO II – O MODELO SOCIAL DO SÉCULO XVII-XVIII: HIERARQUIZAÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO

Documento 1 – A situação dos camponeses no século XVII **Documento 2 – A vivência de uma família da alta nobreza**



Louis Le Nain. *A charrete*. 1641.



Jean Baptiste Charpentier, *A família do duque de Penthièvre*,

Documento 3 - A fundamentação jurídica da sociedade do século XVIII

Todos sabemos que a sociedade forma um corpo em que cada indivíduo é um membro; esta verdade, que a Escritura nos ensina e que a razão torna clara, é a fundação de todos os deveres relacionados com a conduta de cada pessoa relativamente aos outros e relativamente à sociedade enquanto todo. Por esta ordem de razões cada um deve desempenhar uma função de acordo com o seu lugar na sociedade. [...] É de acordo com este princípio que devemos procurar a origem das leis que regem a nossa sociedade, tanto para aqueles que governam como para os que são governados. [...] A primeira distinção entre os homens é feita pelo nascimento [...]. A segunda distinção ocorre da

diversidade de ocupações exigidas pela sociedade e que unem as pessoas todas num só corpo do qual cada um faz parte. Assim como Deus fez, tornou cada um dependente dos outros, também Ele diferenciou o seu estatuto e ocupação para a satisfação das diferentes necessidades, determinando o lugar de cada um na sociedade. [...] A necessidade de governar os povos iguais por natureza, distinguindo-se cada um de acordo com as diferenças estabelecidas por Deus de acordo com a sua posição e profissão, torna claro que o governo se eleva da Sua vontade [...]. Uma vez que o governo é necessário ao bem comum e que este foi estabelecido por Deus, é conseqüentemente necessário a todos os que governam e que são governados que sejam submissos e obedientes. [...] A obediência àquele que governa deve ser considerada como uma obediência ao poder do próprio de Deus [...].

Jean Domat, *Le droit public, suite des lois civiles dans leur ordre naturel*, 1756 [tradução adaptada].

2.1. Nomeie a outra ordem social que compunha a sociedade do Antigo Regime, para além das representadas nos documentos 1 e 2.

2.2. Transcreva uma afirmação do documento 3 que evidencie um dos princípios em que assenta a ordem jurídica da sociedade do Antigo Regime.

2.3. A afirmação “A obediência àquele que governa deve ser considerada como uma obediência ao poder do próprio Deus [...]” (Doc. 3), pressupõe que a origem do poder é...

(A) hereditária. (B) divina. (C) autoritária. (D) popular.

2.4. Complete o seguinte texto, selecionando a opção adequada para cada espaço.

Na folha de respostas, registre apenas as letras e o número que corresponde à opção selecionada em cada um dos casos.

Na Europa, no final da Idade Média, a _____ a) _____ foi fortalecida graças ____ b) _____ do poder régio. No seu reino, o rei exercia uma autoridade incontestável sobre os seus _____ c) _____. A monarquia tornou - se assim, _____ d) _____ e, na maioria dos países da Europa, assente no direito _____ e) _____. O Rei fazia a lei, garantia o Direito e a justiça, lançava impostos e comandava o exército. Prestava contas apenas a Deus.

a)	b)	c)	d)	e)
1.tetrarquia	1.ao reforço	1.cidadãos	1.limitada	1.religioso
2.Oligarquia	2.à diminuição	2.pares	2.absoluta	2.político
3.república	3.à limitação	3.súbditos	3.reforçada	3.divino
4.monarquia	4. à delegação	4.aristocratas	4.democrática	4.absoluto

GRUPO III

PORTUGAL E O MUNDO: DA GUERRA FRIA AOS PROBLEMAS DA ATUALIDADE

Doc.1 O Estado Novo no quadro internacional do segundo pós-guerra – discurso de Salazar dirigido às Comissões da União Nacional (12/12/1950)

Como os estatutos [da União Nacional] precederam a Constituição, nasceram sobrecarregados de uma parte ideológica que parece não haver vantagem em conservar [...]. Uma tarefa deverá ser [...] o apoio às diretrizes que forem traçadas, sem essa discussão sistemática e infundável das coisas que não podem nem têm de ser discutidas [...].

Outra tarefa que se impõe à União Nacional é apoiar a atuação externa do Governo. [...] No meu entendimento, [...] a Rússia tem realizado com habilidade e proveito a [...] «exploração da vitória», continuando a guerra na paz. Isso tem-lhe permitido criar à sua volta [...] uma roda de países [satélites]. Nesta tentativa de alargamento da influência, a Rússia só parará onde uma força igual se lhe oponha. [...] O facto de os partidos comunistas nacionais se considerarem [...] secções de um partido que é um Estado estrangeiro faz deles instrumentos de uma política [...] predominantemente estrangeira. [...] sendo contraditórios, no comunismo e no mundo ocidental, os conceitos básicos acerca do homem, da sociedade e da vida, todas as

tentativas de conciliação na ordem interna estão votadas ao fracasso. [...] de há um ano para cá, a política das potências ocidentais passou a dispor de uma parte da iniciativa que até aí, e desde o fim da guerra, pertencera exclusivamente à Rússia. [...] Um conflito não pode ser evitado senão através de preparação bastante, tendente a restabelecer um equilíbrio de forças que torne a guerra negócio arriscado e grave. [...]

Esta política delicada e perigosa de se armar para a guerra por amor da paz exige sólidas frentes interiores [...]. O comunismo é, pois, como movimento revolucionário e expressão de uma política internacional agressiva, o grande inimigo do momento.

Doc. 1 – Oliveira Salazar, Discursos e Notas Políticas IV, 1943-1950, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, pp. 484-509 (adaptado)

3.1. Em Portugal, a sobrevivência do Estado Novo após o fim da II Guerra Mundial (documento 1), no contexto da Guerra Fria, ficou a dever-se

- (A) ao forte impulso industrializador proporcionado no quadro da reconstrução da Europa.
- (B) à neutralidade adotada durante o conflito e a pequenas mudanças na estrutura do regime.
- (C) ao alinhamento com as forças do Eixo durante a guerra e à consolidação do autoritarismo.
- (D) à modernização do sector agrícola no quadro da prosperidade do «Estado Novo».

3.2. Indique o nome da organização política, surgida no imediato segundo pós-guerra, que reuniu a oposição democrática no combate às políticas do Estado Novo refletidas no documento 1.

3. 3. **Transcreva** duas afirmações do documento 1 que justificam a manutenção, após a II Guerra Mundial, da política repressiva do Estado Novo relativamente à oposição comunista.

GRUPO IV

O IMOBILISMO POLÍTICO DE SALAZAR APÓS 1945

Doc. 1 - Salazar e as eleições legislativas de 18 de novembro de 1945

Continuo a considerar perigosa em Portugal aquela democracia que toma a forma de um parlamentarismo partidário [...]. O meu horror a essa espécie de democracia não mudou. [...]

A Constituição foi revista por uma Câmara que para esse efeito tinha [...] poderes constituintes. Uma das modificações introduzidas foi a do aumento do número de deputados [...]. O Governo entendeu que, publicando esta alteração, não poderia continuar a funcionar a Assembleia Nacional e propôs ao Chefe de Estado a dissolução e conseqüentemente novas eleições. [...] Não fazemos eleições por ser moda, porque no-las aconselham ou imponham, mas quando constitucionalmente as devemos fazer [...]. A novidade está agora apenas que a lei eleitoral prevê, em vez de um círculo único, tantos círculos quantos os distritos e quantas as colónias [...] Temos a oportunidade de, sem renunciar aos princípios fundamentais da Revolução Nacional, bater o próprio terreno do adversário. [...] As oposições não só podiam ir às urnas livremente, como se lhes deu inteira liberdade para defenderem as suas candidaturas e criticarem a obra do Governo.

Doc.1 -"O dr. Oliveira Salazar fala sobre os problemas do momento» (entrevista a António Ferro), in *O Século*, 14 de novembro de 1945 (adaptado para a prova especial de 2011)

Doc. 2 - O Movimento de Unidade Democrática (MUD) e as eleições legislativas de 18 de novembro de 1945

Ao iniciar-se o nosso movimento cívico, encontrávamo-nos em presença de uma nova lei eleitoral que tinha tornado possível, em teoria, a eleição de deputados da oposição; Salazar confirmou a intenção do governo de aceitar a discussão pública dos seus atos e de proceder a eleições em que o povo manifestasse livremente a sua vontade. [...]

Com a promulgação da lei eleitoral e dos diplomas anunciados, procurava-se obedecer às exigências chamado «clima» favorável às democracias para que o país pudesse figurar na comunidade internacional sem o aspeto gritante e desconcertante de sobrevivência de sistemas banidos do convívio mundial.

O problema consistia em saber se a obediência às exigências do tal «clima» era apenas formal ou se iria a ponto de permitir uma verdadeira readaptação do país às instituições democráticas.

Acumularam-se factos sobre factos demonstrando que o Governo não quer realmente competir nas urnas com a oposição. [...] Salvo erro, começaram por uma intervenção da polícia em certos locais em que se encontravam listas para assinaturas de adesão. Foi o começo da intimidação. [...] A censura agravada tem sido um dos mais poderosos elementos de pressão governativa.

Doc. 2 - «0 Relatório da Comissão Central do MUD», in *Seara Nova*, n.º 952, 10 de novembro de 1945 (adaptado para a prova especial de 2011)

4.1. **Apresente** duas manifestações do imobilismo político de Salazar, após 1945.

As duas manifestações devem ser articuladas com excertos, uma do documento 1 e outra do documento 2.

4.2. **Compare**, relativamente às eleições legislativas de 18 de novembro de 1945, a perspetiva expressa no documento 1 com a perspetiva expressa no documento 2, quanto a dois aspetos em que se opõem.

Na resposta deve integrar excertos relevantes dos dois documentos.

4.3. **Ordene** cronologicamente os seguintes momentos relativos à situação política de Portugal, nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial.

A) Desistência do general Norton de Matos na sua candidatura à Presidência da República.

B) Alteração da Constituição tendo em vista a instituição da eleição do Presidente da República por um colégio eleitoral.

C) Formação do MUD - Movimento de Unidade Democrática.

D) Dissolução da Assembleia Nacional e convocação de novas eleições legislativas.

E) Derrota da candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República.

4.4. Refira o nome pelo qual era conhecida a constituição a que Salazar faz referência no documento

1.

GRUPO V

DO PORTUGAL SALAZARISTA AO PORTUGAL DEMOCRÁTICO: OPÇÕES DE POLÍTICA INTERNA E EXTERNA

Doc. 1 - Cartas de um militar* na guerra colonial (Angola, 1962-1963)

Sinto que se temos dúvidas quanto à nossa própria atitude no momento em que soar a hora de entrar em combate, não é [...] por quaisquer posições ideológicas, ou pelo conhecimento de que as Nações Unidas há meses que andam a procurar convencer os salazaristas de que todos os povos têm o direito à sua independência e de que a sua impreparação para gerir os seus próprios destinos não pode servir de desculpa para continuar a explorá-los. [...]

Vimos render uma companhia de Infantaria, que está ainda a meio da comissão, mas que vai ser transferida para uma zona não operacional em virtude de toda a sua tropa se encontrar exausta. Sofreram muitas baixas – umas em combate, outras por doença, e outras ainda por desastres de viação. [...] recolheram-se documentos bastante curiosos, porquanto nos deram uma noção bastante mais clara da organização guerrilheira. [...] enganava-se quem considerava a guerrilha um movimento desorganizado. [...]

Parece que ninguém admite que se consegue pôr fim ao terrorismo por meios militares. [...] O Salazar nunca mais morre. É mais uma pesada carga na consciência deste homem, esta guerra que a nada conduz. [...] saindo daqui a nossa luta será criar um país sem injustiças e crimes. [...] ainda bem que esta carta vai por mão

própria. Assim ao menos tenho a certeza de que chegará às tuas mãos. [...] revolta-me muito não poder falar e saber se tudo vai bem.

* Manuel Beça Múrias (1938-1987), jornalista desde 1957.

5.1. O excerto do documento 1 «Revolta-me muito não poder falar» (último parágrafo) remete-nos para a estratégia de manutenção do regime através

- (A) da criação de organizações paramilitares e de formação da juventude.
- (B) da proibição de greves e de sindicatos livres.
- (C) da defesa da política do espírito e da propaganda.
- (D) do estabelecimento da censura e do controlo ideológico.

5.2. Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos relativos ao colonialismo português.
Escreva, na folha de respostas, a sequência correta de letras.

- (A) Ataques da UPA a fazendas portuguesas no norte de Angola.
- (B) Publicação do Ato Colonial.
- (C) Proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau.
- (D) Realização da Exposição do Mundo Português.
- (E) Início da Guerra Colonial, em Angola.

5.3. Explique, a partir do documento 1, três dos fatores que conduziram à eclosão da guerra colonial.

Bom Trabalho

Questão	1 a 4	II.1	II.2	II.3	II.4	III.1	III.2	III.3	IV.1	IV.2	IV.3	IV.4	V.1	V.2	V.3	Total
Cotação	20	5	15	5	10	10	5	20	25	30	15	5	5	10	20	200